



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11474 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**AVALIAÇÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS:
MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015-2025)**

Ana Claudia Dantas Cavalcanti - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Introdução

Este trabalho tem como foco o estudo da avaliação educacional no contexto da gestão Municipal de Dourados-MS, discute a questão da qualidade do ensino na educação básica. Nesse contexto, o foco desta pesquisa é o Plano Municipal de Educação-PME, que foi instituído pela Lei municipal nº 3.904, aprovado pela Câmara Municipal em 23 de junho de 2015, em específico, a meta 7 e suas estratégias de cumprimento.

O estudo ganha relevância em razão do cenário de alinhamento da política educacional disseminada pelos governos federal, estadual e municipal, que intencionam delinear um currículo único para toda e qualquer realidade. Levantou-se uma indagação: o município de Dourados-MS tem atingido a meta 7 do PME, a qual propõe a melhoria da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades e melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem?

Nessa direção, apresenta-se como objetivo geral identificar como o município de Dourados/MS têm fomentado uma educação de qualidade, com base nos dados coletados através do Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME(2015-2025), no que diz respeito a sua meta 7.

Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica – Cellard (2010); Freitas (2013); Oliveira (2010) Vianna (2000, 2005) - e análise documental - Brasil (1988, 2014), Mato Grosso do Sul (2018), Dourados (2015) - de abordagem qualitativa, para análise do Plano Municipal de Educação de Dourados/MS (Dourados, 2015)

Desenvolvimento

A concepção de Avaliação Educacional vem se transformando de forma considerável nas últimas décadas. Essa transformação decorre toda a estrutura educacional brasileira, como forma de movimentação importante para questões de aprendizagem e essencial para tomadas de decisões no âmbito das políticas educacionais no Brasil.

O processo de monitoramento e avaliação gera a informação necessária para verificar desempenho de políticas, permitindo realizar ajustes ao longo de sua execução (BRASIL, 2018).

A avaliação pode transformar, justificar ou considerar o que se avalia, dependendo de fatores que a influenciam. Para Marinho-Araújo e Rabelo (2015, p. 444), avaliar precede ações como “agir, tomar decisões, sustentar argumentos. E, especialmente no caso educacional, para guiar indicadores da qualidade”.

Percebe-se, no sistema educacional brasileiro, que não existe uma preocupação com os índices de aprendizagem e sim com a aprovação e reprovação dos alunos, partindo da ideia de que o professor fala, o aluno absorve e tem de reproduzir o mesmo na avaliação. Nesse sentido, Oliveira (2010) destaca:

A avaliação educacional passou a servir, por um lado, ao controle e regulação do Estado e, por outro, como mecanismo de introdução da lógica do mercado, objetivando mais competição e desempenho, além de reforçar valores como individualismo, meritocracia e competência. Em certa medida, a avaliação passou a constituir as matrizes curriculares de referência para os diferentes níveis e etapas de ensino, em lugar de um currículo básico de formação nacional. (OLIVEIRA, 2010, p. 93)

Partindo dos estudos de Dourado, Oliveira e Santos (2007) sobre qualidade da educação observa-se a complexidade que existe ao significado do termo. Percebendo assim que a qualidade é algo contingente, referencial e contextual, ou seja, que não se limita a um padrão conceitual, principalmente quando se fala em qualidade na educação, que envolvem sujeitos, relações sociais que estão relacionados a complexidade do ser humano.

Desse modo, segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 06), “a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como [...] os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc”. Os autores ainda destacam que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

O gerencialismo, modelo de administração pública no contexto neoliberal, na década de 1990, surge como origem das mudanças da administração pública brasileira, com o foco no atendimento ao cliente e no controle voltado para os resultados. Segundo Cavalcanti (2011, p. 30), a reforma gerencial “baseou-se nos princípios da descentralização, do planejamento, da coordenação, entre outros mecanismos que seriam responsáveis pela flexibilização administrativa, por meio da implementação de um modelo de gestão semelhante àquele adotado pelas empresas privadas”. Neste sentido, o foco da qualidade para a educação gerencial provém de valores contidos no mercado, a despeito de seu foco no setor privado.

Portanto, este modelo se reveste de significação à gestão pública, enfatizando a cultura da avaliação, transparência, preocupação com eficácia e eficiência, metas e maximização dos resultados e busca introduzir novas orientações, modificando as relações de poder e afetando como e onde são feitas as opções de políticas sociais.

Nesta perspectiva, uma nova ideia de educação estaria sendo pensada e concretizada para o mercado. Existindo a necessidade de formar pessoas para se adaptarem às buscas da reorganização produtiva. Com estas mudanças, aceita-se, a partir deste momento, a formação do sujeito formado, para o mercado: flexível, com olhar para a formação voltada ao capital. A instituição escolar passa a ser comparada com empresas, que por meio de ações e linguagem específica aliada à competitividade e eficiência se preocupa cada vez mais com produtividade e resultados. Assim, a educação assume papel decisivo para garantir condições ideais à reprodução deste sistema vigente, por meio de diversos caminhos, como mudanças nos objetivos da educação e alteração nas formas de gestão e organização educacional.

No campo educacional o gerencialismo representa as seguintes mudanças no contexto da prática escolar: a aprendizagem é vista como um resultado e não um processo; os professores são transformados em técnicos, cujo objetivo do ensino é melhorar o desempenho dos alunos nas diferentes avaliações externas a que são submetidos; a competição, a classificação e o desempenho de escolas e alunos são sempre muito incentivados.

A Constituição Federal prevê, em seu artigo 214, que a lei estabelecerá Plano Nacional de Educação, de duração decenal. Em 25 de junho de 2014, foi aprovada e sancionada a Lei de nº 13.005 que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE-2014/2024) que compõe 20 metas e 254 estratégias (BRASIL, 2014).

O PNE-2014/2024 apresenta, em seu artigo 8º, a orientação de que a elaboração e ou adequação dos planos, estaduais e municipais, deve ocorrer em “consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE” (BRASIL, 2014).

O Art. 2º do plano apresenta as diretrizes que orientam as metas e estratégias do PME-2015/2025 do município de Dourados-MS, incluindo a qualidade da educação.

Com relação à Meta 7, o relatório apresenta que, a análise continua sobre os dados de 2019, em razão de que os resultados do IDEB 2021 ainda não foram disponibilizados, considerando que as avaliações a nível nacional foram aplicadas em novembro e dezembro de 2021. Dessa forma, apresenta-se o índice alcançado no ano de 2019 e consta os indicadores 7A, 7B e 7C sem média para o ano de 2021.

Quadro 1 - Acompanhamento da Meta 07 – Qualidade da Educação Básica/IDEB

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental; e 5,2 no Ensino Médio.	Previsto PME	Situação Atual 2019
Indicador 7A: Média do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental (escola pública)	5,6	5,1
Indicador 7B: Média do Ideb nos anos finais do ensino fundamental (escola pública)	5,1	4,3
Indicador 7C: Média do Ideb no ensino médio. (escola pública)	3,8	4,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados apresentados no Relatório de Monitoramento e Avaliação 2021 do Plano Municipal de Educação - PME de Dourados -MS.

De acordo com Relatório realizado no ano de 2021 (Dourados, 2021), das 42 estratégias, 27 foram atingidas em totalidade, 13 foram atingidas de forma parcial (ainda não foram atingidas em sua totalidade) e 2 ainda não foram atingidas.

Conclusão

O PME (Dourados, 2015) apresenta uma série de estratégias, para cumprimento da meta 7, voltadas para a melhoria e qualidade da educação. Porém, na prática, tem se observado que poucas políticas têm sido implementadas, visto que o IDEB do município apresenta pouco avanço.

Mesmo apresentando piora nos resultados do último exame, não é possível afirmar que de fato a qualidade do ensino no município pesquisado teve pioras. Sob o ponto de vista do contexto da qualidade da educação, o município sob a bandeira do Estado gerencial objetiva resultados sistêmicos. Assim, os resultados até aqui alcançados indicam que os anos iniciais e finais do ensino fundamental não estão avançando na projeção prevista na meta 7 do PME (2015-2025). Para além de tal avaliação, se torna importante dimensionar a qualidade que se quer, não no âmbito de um Estado que priorize metas mercadológicas, mas que busquem uma educação crítica para formação da autonomia do sujeito.

Palavras-chave: Avaliação Educacional; Plano Municipal de Educação; Rede Municipal Pública de Ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, volume 1 /, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : Ipea, 2018. v. 1 (192 p.).

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. **Programa de Modernização da Gestão Pública/ metas para a educação/ 2007-2010**: análise sobre a Gestão Democrática da educação de Pernambuco. 2011. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 295 – 316.

DOURADOS. **Lei nº 3.904, de 15 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. 2015.

DOURADOS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório De Monitoramento E Avaliação 2021 Do Plano Municipal De Educação - Pme De Dourados -MS**. 2021.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília (DF), v. 24, n. 22, p.5-34, 2007.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: PINO, I. R.; ZAN, D. D. P. e (Orgs). **Plano Nacional da Educação (PNE): questões desafiadoras e embates emblemáticos**. Brasília: INEP, 2013, p. 47 – 84.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; RABELO, Mauro Luiz. **Avaliação educacional: a abordagem por competências**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 20, p. 443-466, 2015.

OLIVEIRA, J. F. de. A educação básica e o PNE/2011-2020 Políticas de avaliação democrática. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 91-108, jan./jun. 2010

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação e decisão**: Daniel L. Stufflebeam. Avaliação Educacional : Teoria, Planejamento e Modelo. São Paulo: IBRASA, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**: quase história. In Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. Pp. 143- 176.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de programas educacionais: duas questões. **Revista Meta: Avaliação**, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2010.